

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Correção da tabela do Imposto de Renda divide especialistas..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil volta a cair em ranking de previdência da Mercer..... 4

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Assédio a aposentados por consignado tem golpes e 'chuva' de ligações..... 5

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desigualdade é crônica no país..... 8

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula volta a prometer retomada de PAC e Minha Casa, Minha Vida..... 9

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Pessoas com mais de 50 anos trabalhando (Editorial)..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Transparência Internacional aponta recuo do Brasil no combate à corrupção..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Petista promete isenção de IR para quem ganha até R\$ 5.000..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro recebe novos apoios..... 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia e o novo Congresso - PEDRO LOBATO..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Futuro governo vai assumir em 2023 sem controle de 40% dos investimentos..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O custo do "bem-estar" (Artigo)..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Concentração bancária tem discreta diminuição (Editorial)..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - COMIDA
POLÍTICA

Equador retoma a discussão constitucional com três temas..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Contra-ofensiva de mulheres no Nordeste..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

O mundo à beira da recessão (Editorial)..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Endividamento chega a 80% das famílias, mas crescimento desacelera..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Relação entre FHC e petista é marcada por idas e vindas..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Desemprego e inflação pesam mais no voto de mais ricos, diz Datafolha..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - COMIDA
ECONOMIA

Plebiscitos de 2020 e 2022 evidenciam mudanças no Chile..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Propostas de Tebet ao PT têm efeito na produtividade via saúde e educação..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Com qualquer um que ganhar, será difícil para o País", diz Marcos Lisboa..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado reduz a 5,71% previsão de inflação no ano..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Banco Mundial e FMI pedem esforço por mais pobres..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Guedes quer mostrar Brasil promissor para investimento..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula guarda nomes e Bolsonaro repete o time - ANDREA JUBÉ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Banco Mundial e FMI reforçam alerta de risco de recessão global..... 41

Correção da tabela do Imposto de Renda divide especialistas

Marta Watanabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Brasil volta a cair em ranking de previdência da Mercer

Juliana Schincariol Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Assédio a aposentados por consignado tem golpes e 'chuva' de ligações

Economia

/
por

Agência Estado - Economia

O assédio a aposentados por parte de instituições financeiras oferecendo crédito consignado "já aprovado" continua incomodando muita gente. Apesar de medidas adotadas pelo **INSS** (Instituto Nacional de Seguro Social) e pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) para coibir os contatos, muitas vezes feitos por golpistas, há casos de pessoas que recebem diariamente mais de 30 ligações e mensagens.

A grande incógnita, que virou caso de polícia, é como as instituições e os criminosos conseguem os dados dos aposentados e pensionistas, incluindo o valor do benefício e o percentual que pode ser comprometido com o empréstimo. "Eles sabem tudo sobre a gente", diz Adão Alves de Souza, de 71 anos.

Souza está aposentado há vários anos e passou a receber chamadas após realizar seu empréstimo consignado. "Tem pelo menos 50 números bloqueados no meu celular, mas não adianta, pois mudam de telefone o tempo todo." Ele diz que recebe seis ou sete ligações diariamente.

O aposentado conta que já escapou de dois golpes. "Em um deles, a pessoa disse que eu tinha um crédito de R\$ 47 mil aprovado. Eu respondi que não era meu e ele pediu vários dados para cancelar. Então eu disse que retornaria depois, liguei para o gerente do banco e ele confirmou que era golpe."

A Febraban informa que desde janeiro de 2020 está em vigor a Autorregulação do Consignado, iniciativa criada em parceria com a ABBC (Associação Brasileira de Bancos) voltada à transparência, ao combate ao assédio comercial e à qualificação de correspondentes bancários (empresas autorizadas pelo Banco Central a prestarem serviços para instituições financeiras).

As 32 instituições financeiras que participam da autorregulação assumem o compromisso de adotar as melhores práticas de proteção de dados pessoais dos clientes e do combate a fraudes. Segundo a Febraban,

elas representam quase a totalidade do volume da carteira de crédito consignado no Brasil.

Desde o início da adoção dessas regras até julho deste ano, 977 empresas receberam punições por irregularidades na oferta do consignado, 440 correspondentes bancários foram advertidos, 497 tiveram suas atividades suspensas temporariamente e outras 40 em definitivo.

Segundo a entidade, as multas por conduta omissiva variam de R\$ 45 mil a R\$ 1 milhão, e os valores são destinados a projetos de educação financeira. "Nós condenamos qualquer tentativa de fraude ou irregularidade na oferta e contratação do consignado", diz Isaac Sidney, presidente da Febraban.

Em nota, o **INSS** informa que, desde a publicação de uma instrução normativa em 2019, o benefício da aposentadoria é bloqueado para realização de operações de crédito consignado até que haja autorização do titular ou representante legal. A norma, contudo, tem sido burlada.

Denúncias sobre a existência de listas com nome, CPF, endereço, telefone, número e valor do benefício são enviadas à Coordenação de Combate a Fraudes do **INSS** e à Polícia Federal. "Por se tratar de suposto vazamento de dados, deve ser realizada uma investigação policial", diz o Instituto.

Questionado sobre eventuais avanços nessas investigações, o órgão afirma que "as ações da Força-Tarefa Previdenciária e Trabalhista são sigilosas, justamente para garantir que obtenham sucesso". Ressalta também que o **INSS** não compartilha nem autoriza o compartilhamento de informações de segurados e beneficiários para fins ilícitos.

Na semana passada, o **INSS** publicou portaria instituindo o Conselho de Avaliação do Atendimento Bancário, como mais uma ação e instrumento para aprimorar e garantir a qualidade do serviço prestado tanto pelo **INSS** como pelos bancos às pessoas que usam os serviços ou recebem benefícios do instituto.

Em outubro de 2021, o **INSS** também fez um termo com os bancos para que passassem a realizar controle mais rigoroso em relação à oferta de empréstimos consignados. Um exemplo é não permitir

a oferta de créditos por telefone para quem está cadastrado no "Não perturbe", sob risco de punições por infração às regras de conduta do setor financeiro. Os empréstimos agora precisam ser feitos com validação biométrica.

A Febraban orienta os consumidores a fazerem denúncias nos canais internos dos bancos citados pelas pessoas que fazem as ofertas, nos Procons ou no site consumidor.gov.br. O BC cita os canais do SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) e sua Ouvidoria. É possível, ainda, registrar reclamações contra uma instituição financeira no BC Reclamação pelo site bcb.gov.br .

Wilson Vidal de Melo, de 70 anos, conta que recebe cerca de 15 ligações por dia, que também começaram depois de contratar um empréstimo consignado. Ele diz que tenta não atender as chamadas, mas muitas vezes é obrigado.

"Minha mãe tem 99 anos e, quando não estou com ela, preciso estar atento a qualquer possível chamada", afirma Melo. Ele já inscreveu seu número no serviço da Anatel "Não perturbe", que bloqueia chamadas de telemarketing, mas pouco adiantou.

Melo está aposentado há vários anos e diz que, como no caso de Souza, o assédio começou depois que ele fez um empréstimo consignado, há mais de um ano. A maioria dos telefonemas e mensagens, porém, começa poucos dias após a liberação da aposentadoria pelo **INSS** e muitos beneficiários são informados sobre o benefício pelo próprio agente financeiro

Um recém-aposentado diz que o assédio começou três semanas após ter o benefício aprovado. "Chego a receber de 30 a 40 ligações e mensagens por dia e algumas já sei que são golpes", diz ele, que pede para não ter o nome divulgado. Uma das mensagens diz que ele tem R\$ 59 mil na conta e, para liberar, "basta clicar aqui".

O Procon-SP informa que, neste ano, até setembro, recebeu 4.602 reclamações envolvendo empréstimos consignados, muitas delas por cobrança de serviços não contratados. O órgão de defesa do consumidor não tem um recorte sobre quantas envolvem o assédio das instituições.

Em 2019 inteiro foram registradas 2.505 queixas, no ano seguinte, 6.502 e, em 2021, somou 8.355. Neste ano, setembro foi o mês com maior número de reclamações: 787, segundo dados do Procon-SP.

A coordenadora do Departamento Jurídico do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados), Tonia Galletti,

avalia que medidas adotadas até agora pelo **INSS** e pela Febraban para conter os abusos de instituições financeiras no cerco a aposentados para convencê-los a aceitar empréstimos consignados "parecem normas que já nasceram mortas", pois não estão coibindo os assédios nem os golpes.

Ela diz que tem levado o tema para as reuniões do CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**, do qual participa como representante do Sindnapi), mas até agora não foi encontrada uma solução eficaz. Tonia ressalta que o consignado é importante para os aposentados, por ter juros abaixo do mercado, mas é preciso ter regras mais eficientes contra abusos e golpes.

Além do **INSS** e do banco que faz o pagamento, os correspondentes bancários têm acesso aos dados do aposentado e esses acabam caindo nas mãos de "pastinhas" - como são chamados os agentes que trabalham com os correspondentes, normalmente sem registro formal e que ganham comissão por contratos assinados. O apelido vem do fato de esses terceirizados carregarem pastas com documentos e visitarem pessoalmente os aposentados oferecendo crédito e serviços.

Há dados, segundo Tonia, da atuação de mais de 500 mil "pastinhas" em todo o País e eles normalmente falam em nome das instituições financeiras para a qual trabalham ou dos próprios bancos que têm contrato com os correspondentes. "Essa relação informal pode contribuir com os excessos de ligações e até mesmo de golpes, já que é difícil ter um controle."

O advogado da área de relacionamentos do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), Lucas Marcon, avalia como "gravíssimo" e "abusivo" o excesso de ligações em um mesmo dia, em horários inapropriados e a dificuldade para identificar a origem das chamadas.

Marcon lembra que a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) proíbe a divulgação de dados sem o consentimento do consumidor. "Contudo, a aplicação da lei por vezes não ocorre de maneira ideal." O maior exemplo, diz, é quando idosos recebem ligações de financeiras de consignado mesmo antes de saberem se conseguiram a aposentadoria, o que traz fortes indícios de vazamentos de dados.

1. Não clique em links enviados por e-mails ou WhatsApp de remetentes que você não reconhece;
2. Nunca informe seus dados pessoais e bancários quando solicitados em ligações ou mensagens de remetentes desconhecidos;

3. Se for contratar algum crédito, procure sempre os canais oficiais das instituições com as quais você se relaciona;

4. Denuncie o assédio nos canais internos dos bancos citados pelas pessoas que fazem as ofertas, nos Procons ou no site consumidor.gov.br;

5. Também é possível fazer denúncias diretamente no Banco Central, nos canais do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e na Ouvidoria da instituição. É possível, ainda, registrar reclamações contra uma instituição financeira no BC Reclamação pelo site bc.gov.br .

Site: <http://noticias.r7.com/economia/assedio-a-aposentados-por-consignado-tem-golpes-e-chuva-de-ligacoes-11102022>

Desigualdade é crônica no país



Triste realidade. Esforço não significa sucesso para ascensão social

Idiana Tomazelli

Ser mulher, preto ou pardo no país também diminui as chances de ascensão

As desigualdades sociais, regionais e de renda no Brasil contribuem para perpetuar uma estrutura de baixa mobilidade social no país, que dificulta a ascensão dos mais pobres e assegura a permanência dos mais ricos no topo. Um estudo inédito sobre o tema mostra que metade dos filhos de pais situados entre os 20% mais pobres do Brasil permanece nesse mesmo grupo de renda quando adultos, enquanto metade dos filhos dos 20% mais ricos se mantém no topo.

Mesmo entre os que conseguem escapar da pobreza, a melhora de vida pode ser apenas parcial. Só 2,5% dos filhos cujos pais estão no estrato mais vulnerável conseguem atingir o topo da estrutura social e de renda em uma única geração. O percentual é bem menor do que em países desenvolvidos, onde há maior mobilidade. Ser mulher, preto ou pardo também diminui as chances de ascensão, assim como viver nas regiões Norte e Nordeste.

DESIGUAL. "Uma parte do Brasil sustenta o discurso de que, se você se esforçar na vida, você se dá bem. O estudo coloca uma interrogação nisso", diz o economista Breno Sampaio, um dos autores do estudo.

"Somos uma sociedade bastante desigual em termos de oportunidade. O esforço não significa sucesso".

A pesquisa foi desenvolvida por Diogo Britto, Alexandre Fonseca, Paolo Pinotti, Breno Sampaio e Lucas Warwar por meio do Grupo de Avaliação de Políticas Públicas e Econômicas (Gappe) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com a unidade de análise econômica do crime da Universidade de Bocconi, na Itália. O estudo usou dados de diversas fontes, como Censo Demográfico, Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e o Cadastro Único de programas sociais.

Os pesquisadores também tiveram acesso a registros administrativos da **Receita Federal** sobre a renda da população.

As informações foram usadas sob supervisão do Fisco, para assegurar a manutenção do sigilo fiscal.

Informalidade no trabalho doméstico

O crescimento do número de trabalhadores domésticos revela uma fragilidade estrutural do emprego no Brasil. Eles costumam estar na informalidade, o que muitas vezes impede um ganho fixo mensal. São 4,37 milhões de brasileiros nessa situação, segundo mapeamento do Instituto Doméstica Legal, quase 75% da categoria (que soma 5,85 milhões de pessoas).

Em 2013, o Congresso regulamentou os direitos trabalhistas da categoria, definindo jornada de trabalho e contribuição para o Instituto Nacional do Serviços Social (**INSS**).

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16946>

Lula volta a prometer retomada de PAC e Minha Casa, Minha Vida



Plataforma. Ex-presidente e candidato Lula (PT) aposta em reedição de investimentos e programas sociais para conquistar eleitorado

Retorno de projeto habitacional seria focado em público de baixa renda

O ex-presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a prometer a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa, Minha Vida, se eleito. "Vamos voltar a fazer muito investimento em infraestrutura com PAC.

Inauguramos 13 mil obras do PAC e vamos recuperar financiamentos para retomar 14 mil obras do PAC", disse Lula, ontem, em entrevista à Super Rádio Tupi, do Rio de Janeiro.

O PAC foi criado em 2007, durante o segundo mandato de Lula, voltado a investimentos em infraestrutura, saneamento, habitação, transporte e energia.

O ex-presidente falou novamente sobre a retomada do Minha Casa, Minha Vida e criticou o atual programa habitacional do governo Bolsonaro, o Casa Verde e Amarela. "Queria que vocês encontrassem uma casa verde e amarela.

Contratamos mais de 224 mil casas até 2016 no Minha Casa, Minha Vida. Foram entregues 110 mil, e o restante estava para ser construído. Até agora não sei uma casa que ele construiu", criticou.

Lula afirmou que a retomada do Minha Casa, Minha Vida será destinada, principalmente, à população de baixa renda. "Vamos retomar o programa subsidiando a camada mais pobre, que não pode pagar. Isso está na Constituição, e vamos garantir que todo mundo

tenha direito a morar", defendeu o ex-presidente.

Voltado ao público carioca, o candidato petista prometeu também recuperar a indústria naval com a construção local de sondas para a Petrobras com componentes nacionais a fim de estimular a geração de emprego e renda. "O Brasil vai voltar a ser espelho do mundo.

Minha eleição é a primeira chance de trazer investimento do exterior ao Brasil não para comprar nossas empresas, mas para trazer empresa novas ao país", afirmou Lula.

Ainda na ponta da geração de emprego, Lula citou como medidas para estímulo retomar obras paralisadas, apoio na digitalização e incentivo ao empreendedorismo com financiamentos de bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Lula também comentou o aumento anual real do salário mínimo conforme for o crescimento do **PIB**, correção da tabela do Imposto de Renda e redução da fila de pedidos de aposentadoria do **INSS**.

DIFERENÇA. Em mais um aceno ao agronegócio, segmento no qual o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem ampla vantagem, Lula afirmou que não é possível aceitar que "tem o homem do agronegócio bom e o homem do agronegócio ruim". "Tem gente do agronegócio, e tem os bandidos", emendou. "Os bandidos são aqueles que não respeitam a questão ambiental, são aqueles que querem desmatar, e esses caras não podem ser confundidos como gente do agronegócio", disse Lula.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16946>

Pessoas com mais de 50 anos trabalhando (Editorial)

Por José Eduardo Gibello Pastore - advogado consultor de relações trabalhistas | Edição do dia 11/10/2022 - Matéria atualizada em 10/10/2022 às 22h25

O setor de comércio, serviços e turismo é o que mais emprega no Brasil, com 55 milhões de vagas ocupadas e uma característica atrativa para trabalhadores de mais de 50 anos. São funções que primam pela forte interação humana. Seja nas lojas, nos restaurantes, nos supermercados, nas recepções de hotel, nas escolas, nos hospitais, na aviação, no atendimento ao cliente ou por aplicativos e plataformas, prestadores de serviços em geral interagem intensamente com clientes. Como o setor terciário comercializa bens intangíveis, imateriais, é o bom relacionamento que se torna o segredo do negócio.

Para isso, há que se ter trabalhadores com habilidades especiais, que, não raros os casos, são adquiridas ao longo do tempo. Falamos aqui de experiência, paciência, atenção, educação, dedicação, cuidado e zelo, o que muitas pessoas com mais de 50 anos têm de sobra. São habilidades que aparecem com a experiência comum à população dessa faixa etária, o que representa uma vocação para o setor terciário. Já se tem notícia de que lojas que empregam pessoas com mais de 50 anos têm um ganho significativo na qualidade de atendimento aos clientes.

Assim, o setor de comércio, serviços e turismo se torna protagonista na empregabilidade para um público que, por vezes, encontra dificuldade em se realocar no mercado de trabalho. Ainda, o trabalho sem emprego - o empreendedorismo - é outra modalidade a ser pensada para as pessoas com mais de 50 anos. O Sesi e o Sesc, por sinal, ajudam bastante na viabilização dos dois modelos de atividades laborativas.

Vale a pena citar a Lei do Microempreendedor Individual, que estimula o trabalho empreendedor para as pessoas com mais de 50 anos. Isso porque elas podem se inserir no mercado de trabalho sem vínculo de emprego, por meio do empreendedorismo. Esse modelo permite ainda o pagamento de uma pequena taxa mensal que garante a proteção da **Previdência Social**.

Existe um conjunto de leis no Brasil que abrangem o trabalho temporário, o teletrabalho, o trabalho intermitente e o próprio trabalho autônomo, que pode servir para a atuação profissional com ou sem vínculo de emprego para a pessoa com mais de 50 anos. É evidente, claro, que a inserção no mercado de trabalhadores dessa faixa etária depende também da qualificação. O que é importante é que aqueles com mais de 50 anos saibam que têm um caminho muito interessante para reingressar no mercado de trabalho dentro do setor de serviços, turismo e comércio. É uma forma de contribuir para o sustento familiar, para a economia e para alocar essa população, que ganha cada vez mais importância na pirâmide etária com o aumento da expectativa de vida no país.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5830>

Transparência Internacional aponta recuo do Brasil no combate à corrupção

André Guilherme Vieira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Petista promete isenção de IR para quem ganha até R\$ 5.000

Catia Seabra rio de janeiro

Por sua própria determinação, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) levou ao programa eleitoral desta segunda-feira (10) promessa de reajustar a tabela do Imposto de Renda com faixa de isenção acima do previamente anunciado pela coordenação de plano de governo de sua campanha.

Na sexta-feira (7), a equipe de Lula afirmou que a faixa de isenção a ser proposta pelo candidato seria de R\$ 3.000. Três dias depois, no entanto, o valor apresentado no programa eleitoral foi de R\$ 5.000.

Segundo aliados do petista, essa foi a orientação política de Lula, que já prometera publicamente fixar em R\$ 5.000 a faixa de isenção, caso de eleito.

À época, o coordenador de programa de governo de Lula, o ex-ministro Aloizio Mercadante, alegou que a inclusão da proposta no plano dependeria de cálculos. Segundo as projeções da equipe do ex-presidente, a **inflação** acumulada de 2015 até agora é de cerca de 50%.

Na inserção desta segunda, que tem como tema a retomada do poder de compra dos brasileiros, a promessa é de "Imposto de Renda zero para quem ganha até R\$ 5.000 e desconto para classe média".

Hoje a faixa de isenção é de até R\$ 1.903,98. Ou seja, quem ganha pouco mais de um salário mínimo paga Imposto de Renda. Corrigida, chegaria aos R\$ 3.000. Lula, no entanto, defende a faixa de R\$ 5.000, o que ampliaria o número de brasileiros beneficiados com a medida.

O reajuste da faixa de isenção teria o efeito de empurrar as demais faixas. Hoje, paga alíquota máxima quem ganha acima de R\$ 4.664.

Na semana passada, o economista Guilherme Mello, que integra a comissão de redação do programa de governo do petista, disse à Folha que, em caso de eleição de Lula, a correção da tabela seria implementada dentro de uma proposta de reforma tributária.

A perda de arrecadação provocada pelo reajuste da tabela do IR, diz, seria parcialmente compensada pela

tributação sobre distribuição de lucros e dividendos, além de medidas como combate à sonegação.

Na campanha de 2018, Jair Bolsonaro (PL) prometeu que faria o reajuste da tabela do Imposto de Renda, elevando a faixa de isenção para R\$5.000. Porém, disse depois que não seria possível aplicá-la. Com a alta da **inflação** nos últimos dois anos, a defasagem atingiu pico histórico.

O presidente chegou a enviar uma proposta de **reforma tributária** prevendo isenção para a faixa de até R\$ 2.500 mensais. O texto, no entanto, não avançou no Congresso. O valor foi reiterado na proposta da campanha pela reeleição.

Lula está em primeiro nas pesquisas de intenção de voto, à frente de Bolsonaro.

Com Reuters

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50061>

Bolsonaro recebe novos apoios



Jair Bolsonaro se reuniu com o prefeito de Manaus, David Almeida, e reafirmou confiança na vitória

Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, segue o plano de conquistar ainda mais apoio nos municípios brasileiros. Ontem, ele recebeu, no Palácio da Alvorada, os prefeitos de Manaus, David Almeida (Avante), e de Sorocaba (SP), Rodrigo Manga (Republicanos). Ambos disseram que caminharão ao lado do presidente no segundo turno. "Estaremos recebendo também outros prefeitos de Santa Catarina, Camboriú, Pelotas e Rio Grande do Sul. Continuamos fazendo as articulações. Estamos indo bem e acreditamos na vitória", disse Bolsonaro, que afirmou querer "hipotecar solidariedade e esperança de continuar tendo uma política sadia" com sua reeleição. "Agora, com votos somente de governador e presidente, esse apoio estará mais concentrado e, na ponta da linha, traduzido em mais votos para mim e para o Tarcísio", emendou.

O prefeito David Almeida relatou que a questão sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na Zona Franca de Manaus causou divergência, mas que, após a reunião de ontem, "tudo ficou esclarecido". Ele destacou ainda ter autonomia para se posicionar a favor de Bolsonaro, mesmo que seu partido apoie o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda ontem, Bolsonaro afirmou que o preço do diesel vai diminuir "em breve". A declaração ocorreu durante entrevista a jornalistas, em Ceilândia. "Reconheço que está alto, mesmo zerando os **impostos** federais do diesel. Já chegaram dois navios russos, não sei os preços. Não é a Petrobras, são importadores privados, e eles não comprariam da Rússia que não fosse um preço mais compensador", afirmou. "Nós pavimentamos esse terreno para que esse diesel chegasse até aqui. Espero que comece a chegar com

mais frequência e, brevemente, devemos sentir também a queda do preço do diesel. Caindo o diesel, a tendência da **inflação** é se manter lá embaixo", afirmou.

No local, o chefe do Executivo cumprimentou apoiadores e parou para comer pastel em um quiosque. "Sempre estive no meio do povo, mesmo durante a pandemia. Passei por aqui no momento grave da pandemia, entrei na casa do povo. E, agora, a gente retorna, pergunta para as pessoas humildes como viveram na pandemia, antes da pandemia, se acreditam que vão ter picanha todo domingo com cerveja em casa ou não", declarou o candidato à reeleição. "Falam que eu deveria oferecer coisas. Se vai cumprir ou não, [a gente] vê depois. Eu mantenho a minha posição da verdade acima de tudo. Obviamente, eu não quero perder a eleição. Não é por mim, é o futuro do meu Brasil", emendou.

Durante a visita a Ceilândia, onde gravou vídeo para a sua campanha, Bolsonaro se irritou ao ser questionado por uma repórter a respeito do recuo sobre o chamado orçamento secreto e disse desconhecer ter "desvetado" a medida. "Por favor, você não aprendeu orçamento secreto ainda, que não é meu? Pelo amor de Deus, para com isso. Orçamento secreto é uma decisão do Legislativo que eu vetei, depois derrubaram o veto. Quem recuou do veto? Ah, eu desvetei? Desconheço desvetar", disse encerrando a entrevista.

Frequentemente, Bolsonaro tem dito não ter responsabilidade sobre a medida. O mesmo ocorreu no último debate na TV Globo, no dia 30. "Você sabe que o orçamento secreto não é meu. Eu vetei. Depois, passou e virou uma realidade. Eu não indico um só centavo nesse dito orçamento secreto. Ele é totalmente administrado pelo relator, ou da Câmara, ou do Senado. Então, não existe da minha parte qualquer convivência com esse orçamento." O presidente sancionou, sem vetos, o orçamento secreto de 2022 e o de 2023, conhecido como RP9.

Criadas em 2019 e implementadas em 2020, as chamadas emendas de relator do Orçamento ficaram conhecidas como orçamento secreto por permitir que parlamentares destinem recursos que saem diretamente dos cofres da União sem que haja transparência para onde vai o dinheiro.

Ao não especificar nomes, limites e o destino, o mecanismo facilita, na prática, os casos de corrupção.

Pode ser ainda utilizada como moeda de troca, a fim de facilitar a aprovação de medidas no Congresso junto aos parlamentares

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/10/2022/p1>

Economia e o novo Congresso - PEDRO LOBATO

PEDRO LOBATO

A esta altura do mais disputado campeonato eleitoral brasileiro dos últimos tempos, uma realidade se impõe: as urnas de 2 de outubro promoveram uma mudança profunda na configuração do Congresso Nacional. A partir de fevereiro próximo, Câmara e Senado passam a ter um perfil predominantemente de direita (conservador nos costumes, com viés liberal na economia) em relação aos que se autoproclamam progressistas (de esquerda), até então dominantes no Legislativo.

A força dessa voragem direitista - alguns analistas do mundo político chamam-na de onda bolsonarista - pode ter surpreendido os que insistiram em apostar no acerto das pesquisas de intenção de voto, mais uma vez colocadas em xeque, mas já vinha sendo percebida por boa parte do mercado financeiro.

Essa não foi a única, mas, certamente, foi a mais importante razão para que, menos de 12 horas após o anúncio dos resultados, a bolsa de valores operou em alta de 5,5%, enquanto o dólar frente ao real afundava 4%.

Os números que atestam a vitória dos partidos de direita com assento no Congresso Nacional não deixam dúvidas. O PL, partido ao qual é filiado o atual presidente e candidato à reeleição, conseguiu eleger 99 deputados, tornando-se o maior da Câmara. Somados esses votos aos dos partidos aliados, PP, Republicanos e União Brasil (que negocia uma fusão com o PP), serão 246 deputados. Ou seja, 48% do plenário, proporção muito próxima e que, portanto, torna fácil alcançar maiorias para a aprovação de matérias, inclusive as que demandam quórum qualificado.

No Senado, casa em que as pautas conservadoras ou liberais mais sofreram obstrução dos progressistas nos últimos quatro anos, a virada à direita foi ainda mais marcante. Embora a renovação dos mandatos de oito anos prevista para este ano tenha contemplado apenas um terço das 81 cadeiras, as bancadas com perfil de direita passaram a contar com 35 senadores, o que representa 43% do total, um percentual que também facilita o alcance de maiorias.

Detalhe importante: o PL passou a contar com o maior

número de assentos, o que permite ao partido do atual presidente da República conquistar a presidência do Senado e do Congresso. Por sua vez, os seis partidos de esquerda, liderados pelo PT do candidato opositor à Presidência da República, perderam espaço. Na Câmara, terão 125 deputados, representando 24,5% do plenário. No Senado, terão apenas 13 senadores, ou seja, 16% do total de cadeiras.

Nova fase

Essa mudança de perfil da maioria parlamentar no Congresso Nacional terá consequências marcantes ao longo dos próximos anos nos campos social, político e econômico do país. Elas serão ainda mais evidentes depois da conclusão do segundo turno das eleições. Aí saberemos se esse novo Congresso será aliado ou oposição ao chefe do Executivo.

Ninguém se esqueceu do insano e antidemocrático negacionismo sistemático imposto ao Executivo pelos comandos da Câmara e do Senado nos dois primeiros anos da atual gestão. Reformas foram bloqueadas e medidas propostas foram levadas à caducidade sem ao menos ser discutidas. Os interesses partidários ou de grupos prevaleceram sobre os do país, em claro desrespeito à vontade das urnas de 2018.

Está claro, portanto, que o governo do Brasil viverá, a partir de janeiro do próximo ano, uma nova fase, seja quem for o vencedor do segundo turno, no próximo dia 30. Também está claro que, nos últimos quatro anos, a sociedade brasileira avançou na compreensão de que nada importante se faz -dentro da lei - sem a aprovação do Legislativo. E parece estar disposta a cobrar o cumprimento desse papel dos deputados e senadores.

Ganho democrático

Em vez das versões falaciosas dos que tentam minimizar a percepção que o mercado financeiro teve da mudança ocorrida no Legislativo, é de todo útil ao eleitor comum entendê-la como correta. Dado e aceito que a cidadania finalmente compreendeu qual é o papel de cada representante do povo eleito para os poderes Executivo e Legislativo, a nova configuração do Congresso representa ganho político para o país.

Ou seja, se tivermos um presidente progressista, os representantes do povo estarão prontos para impedir seus eventuais excessos e prometidos retrocessos. Exemplos são a anulação da reforma trabalhista, a criação de novos **impostos** ou contribuições sem a eliminação de **tributos** existentes, a derrubada do teto de gastos públicos sem a imediata instituição de uma nova e poderosa âncora fiscal, e a criação de mecanismos de suposta participação popular na gestão pública, inclusive nas pautas de costumes, em prejuízo do Poder Legislativo.

Do outro lado, se for o presidente um conservador nos costumes com viés liberal na economia, o novo Congresso, mesmo alinhado à pauta de reformas, principalmente a administrativa e a tributária (urgentes), deverá estar aberto ao debate e pronto a conter eventuais excessos, inclusive no campo das privatizações. Igualmente importante será manter o combate permanente à **inflação**, a independência do Banco Central e o compromisso com o equilíbrio fiscal.

Como tudo isso vai funcionar, só as urnas do dia 30 dirão. Vamos a elas!

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/10/2022/p1>

Futuro governo vai assumir em 2023 sem controle de 40% dos investimentos



Bolsonaro no Palácio da Alvorada; presidente recuou do próprio veto no caso do orçamento secreto, mas disse ontem desconhecer o fato

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA | JULIA AFFONSO

O presidente que for eleito no dia 30 assumirá o cargo em janeiro de 2023 com um poder menor do que todos os ocupantes anteriores do Palácio do Planalto.

Pela primeira vez, o chefe do Executivo iniciará o mandato sem controlar 40% dos recursos federais destinados a investimentos, que ficarão nas mãos do Congresso por meio de emendas parlamentares.

É uma situação inédita de presidencialismo reduzido. Quando assumiu o mandato, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro tinha o poder de manejar 80% dos investimentos. Acuado pelo Centrão, porém, ele entregou a atribuição ao Congresso, por intermédio do orçamento secreto. E a partir do ano que vem esse percentual cairá para 60%, qualquer que seja o vitorioso no segundo turno.

A cúpula do Legislativo se articula para blindar esse mecanismo, caso o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, vença as eleições. Embora o governo tenha saído das urnas com uma base maior na Câmara e no Senado, Bolsonaro não deu demonstrações de que pretende impor limites ao orçamento secreto. A prática foi revelada pelo Estadão em uma série de reportagens.

Lula já disse que, se chegar novamente ao Planalto, acabará com esse modelo. Em novembro do ano passado, no entanto, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) contrariou a bancada e deu o voto decisivo para aprovar um projeto do Congresso que estipulou regras de execução das emendas de relator, a base do orçamento secreto.

À época, a posição de Carvalho foi classificada como "fato grave" pela Executiva do PT.

Mesmo assim, sete de 63 parlamentares da sigla, entre deputados e senadores, informaram ao Supremo Tribunal Federal ter recebido essas verbas.

O destino do orçamento no próximo governo dependerá agora da presidente do STF, Rosa Weber. A ministra relata um processo que pode acabar com o orçamento secreto, barrando qualquer liberação de verbas. O julgamento deve ocorrer logo após as eleições. É o Congresso atual, e não o próximo, que votará o Orçamento de 2023.

Uma decisão do STF contra o dispositivo que tem sustentado relações de toma-lá, dá-cá tem potencial de desencadear uma nova crise política. Líderes de partidos ameaçam até mesmo cortar verbas do Supremo e deixar juízes sem o reajuste salarial proposto pelo Judiciário.

MOVIMENTAÇÃO.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), já começou a abordar parlamentares eleitos para oferecer emendas em troca do apoio à sua reeleição no cargo.

"No mundo todo o orçamento é uma peça congressional. O presidente eleito vai ter de conversar com quem aprova o Orçamento.

O Brasil não é uma ditadura", disse o presidente da Comissão Mista de Orçamento, Celso Sabino (União-PA), aliado de Lira. "Se o Supremo agir, essa atuação precisa ser bem justificada." No Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) também tenta preservar a ingerência do Congresso sobre o Orçamento.

Candidato a novo mandato à frente da Casa, Pacheco defende o alinhamento das emendas a programas do governo ou até mesmo a redução do seu valor, desde que seja mantida a prerrogativa dos parlamentares para definir o destino dos recursos.

No atual sistema, o dinheiro não é investido em políticas públicas, mas despejado em ações sem critérios técnicos, na maioria das vezes em redutos de aliados do governo, deixando de atender ações para

municípios mais necessitados.

PODER.

A avaliação no Planalto é a de que, se conquistar novo mandato, Bolsonaro manterá o poder da distribuição de verbas com o Congresso. "Vamos ter agora um presidente muito mais forte politicamente, com total identificação com dois terços do Congresso", afirmou ontem em entrevista à Rádio Bandeirantes o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, ao mostrar confiança na reeleição de Bolsonaro.

"Ele não vai precisar fazer acordos para conquistar essa base de apoio, como no passado." Relator do Orçamento de 2023, o senador Marcelo Castro (MDB-PI), apoiador de Lula, disse que o Congresso não abrirá mão do que já conquistou.

Assim como outros aliados do ex-presidente, porém, ele argumentou ser possível propor um período de transição para o Executivo retomar o controle das verbas.

"Pode ficar uma parte no Parlamento e voltar outra parte para o Executivo. Isso é negociável.

Não podemos ignorar que 594 cabeças enxergam melhor o Brasil que uma só", avaliou o deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), que não foi reeleito este ano, ao propor o rateio das verbas e a divisão do poder no Orçamento.

Diante do domínio do Centrão no Congresso, integrantes do PT observaram que só a ministra Rosa Weber pode acabar com o orçamento secreto.

Essa decisão implica devolver o controle das verbas para o governo, que, tradicionalmente, tem o papel de planejar os programas federais e destinar os recursos dos **impostos** pagos pelo cidadão.

"Desvetei? Desconheço", afirma Bolsonaro sobre orçamento secreto

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem que desconhece ter "desvetado" o orçamento secreto. Revelado pelo Estadão, o mecanismo foi gestado dentro do Palácio do Planalto, no gabinete do então ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos.

A primeira tentativa de viabilizar o orçamento secreto, de fato, foi do Congresso, e Bolsonaro a vetou. O presidente, porém, recuou do próprio veto e encaminhou para análise dos parlamentares, em dezembro de 2019, o texto que criou o orçamento secreto.

O projeto é assinado por ele e a exposição de motivos que o justifica leva a assinatura do general Ramos.

Todo esse processo está documentado.

Questionado sobre o assunto em Ceilândia, cidadesatélite de Brasília, Bolsonaro respondeu: "Você não aprendeu orçamento secreto ainda? (Não aprendeu) que não é meu?", disse. "Pelo amor de Deus, para com isso.

Orçamento secreto é uma decisão do Legislativo que eu vetei, depois derrubaram o veto. Quem recuou do veto?

Ah, eu desvetei? Desconheço desvetar."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O custo do "bem-estar" (Artigo)

Bernard Appy Diretor do Centro de Cidadania Fiscal

A economia em 2022 está surpreendendo positivamente.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) deverá crescer cerca de 2,5%, a **inflação** está em queda (sobretudo por conta da redução de **tributos**) e o desemprego também está caindo. A boa performance da economia está se refletindo em uma sensação de bem-estar da população, que ajuda a explicar o desempenho do presidente da República nas eleições.

Mas a que custo se deu essa melhora na economia? A resposta é: ao custo de uma piora relevante das contas públicas via aumento de despesas e redução de receitas.

É verdade que, no curto prazo, essa piora fiscal não aparece, pois estamos em um período de alta conjuntural da arrecadação, sobretudo por conta da forte elevação dos preços do petróleo. Mas essa alta é temporária.

Já as medidas que pioram o resultado fiscal são permanentes.

Sabemos que o governo atropelou o teto de gastos em 2022. Mas qual o tamanho do atropelo? Para estimar esse valor comparei o valor real das despesas primárias da União nos primeiros oito meses de 2022 com o mesmo período de 2018, excluindo os gastos com precatórios e as despesas atípicas com a covid e a campanha eleitoral. O resultado é um crescimento real das despesas de 8,5% relativamente a 2018 concentrado em 2022.

Incorporando o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600 (que todos os candidatos prometem manter), o crescimento real das despesas chega a 11,8% relativamente a 2018.

Em termos anualizados, o adicional de despesa supera em 2% do **PIB** o que seria observado se a despesa tivesse sido corrigida pela **inflação**, seguindo o teto dos gastos. Vale notar que esse aumento subestima a real deterioração fiscal do período, por conta da contenção dos reajustes salariais dos servidores, inviável por mais quatro anos.

Houve também medidas de diminuição permanente de receitas (redução do IPI e do ICMS sobre combustíveis, eletricidade e telecomunicações), que

montam a pouco mais de 1% do **PIB**, além de reduções temporárias de **tributos**.

Volto a destacar que o aumento de receita de 2022 é temporário e a maioria dos efeitos das medidas recentes, permanente, o que deve resultar em grande piora do resultado fiscal nos próximos anos.

Acho estranho que se cobre Lula da Silva por uma política de responsabilidade fiscal e se deixe passar quase em branco a piora do resultado das contas públicas em 3% do **PIB** em um único ano. A situação fiscal do País é preocupante e exigirá medidas de ajuste, mas essa é a consequência da irresponsabilidade fiscal do atual governo, ditada essencialmente por motivos eleitorais.

Bernard Appy Diretor do Centro de Cidadania Fiscal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Concentração bancária tem discreta diminuição (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Equador retoma a discussão constitucional com três temas



OPINIÃO Julio Echeverria, Doutor em sociologia pela Università degli Studi di Trento (Itália)
LATINOAMÉRICA21

O Equador se prepara para retomar a deliberação sobre a **reforma política**. O presidente Guillermo Lasso formulou um conjunto de perguntas a serem consideradas para consulta popular, que deverão ser aprovadas por parte do Tribunal Constitucional.

Essa instância deverá qualificar se as mesmas procedem mediante a modalidade de emendas ou reformas, ou se não, se devem ser tratadas por uma

Assembleia Constituinte: são as três modalidades previstas na Constituição para proceder às reformas institucionais.

Há muitas considerações por trás da convocação do presidente para uma consulta popular. Sem dúvida, o regime requer uma renovação de sua debilitada aceitação, reduzida a 17% pouco mais de um ano após sua tomada de posse, quando ela atingiu 75%.

Mas, além de uma manobra de legitimação, o regime visa incidir em três matérias que são altamente relevantes para a situação política atual do país: a segurança do cidadão, a reforma institucional e a proteção ambiental.

Na segurança, o objetivo é melhorar os níveis de cooperação entre as Forças Armadas e a polícia, uma proposta que já foi tratada pelo Tribunal Constitucional e que não recebeu respostas suficientemente claras e definitivas.

A resposta do tribunal foi enquadrada dentro do tradicional princípio da soberania estatal, sob o qual o papel das Forças Armadas é exclusivamente o da proteção das fronteiras, diante de possíveis conflitos com outros países.

O governo considera que é pertinente regular um maior envolvimento dessas forças na gestão da segurança interna por meio de tarefas complementares às da Polícia Nacional.

Atualmente, essa colaboração pode ocorrer por intermédio de uma declaração de emergência ou excepcionalidade, o que implica a suspensão dos direitos dos cidadãos.

Segundo o governo, a colaboração permanente em casos restritos a delitos transnacionais, também conhecidos como "crime organizado", não implicaria a suspensão desses direitos ou a intervenção das Forças Armadas em tarefas de proteção civil, que são de responsabilidade da polícia.

Dessa forma, a emenda não seria regressiva em termos de direitos nem alteraria a estrutura organizacional do Estado, limitantes constitucionais que poderiam causar invalidação.

A segunda pergunta do âmbito de segurança levanta a extradição de pessoas envolvidas em delitos como narcotráfico, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas e contrabando de armas.

A Constituição vigente não contém as ferramentas para fazer frente a esses novos tipos de crime, nos quais o nível de ameaça excede os poderes das soberanias nacionais.

Como se pode ver, estamos diante do que poderia ser caracterizado como a implementação inicial de uma política de cooperação regional e global sobre o assunto.

A terceira pergunta complementa esse primeiro eixo e propõe dotar de autonomia o Ministério Público do Estado nas funções de avaliação e sanção dos promotores, que atualmente residem no Conselho de Justiça.

O segundo conjunto de perguntas se refere à **reforma política**. Nessa matéria é onde seguramente o conteúdo da consulta entrará em jogo.

O objetivo é retirar os poderes na nomeação dos órgãos de controle (controlado-ria, superintendências, procuradoria-geral, ouvidoria etc.) do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS), ou o chamado quinto poder, e devolvê-lo à Legislatura.

A Constituição de 2008 transferiu dito poder a esse conselho, que é atualmente reconhecido como o maior responsável pela crise institucional.

Na proposta presidencial, devolver poderes de nomeação ao Legislativo, paradoxalmente, acaba reforçando o hiperpresidencialismo, ao dar ao Executivo o poder de designar candidatos para essas funções, deixando para o Legislativo o papel de sua nomeação formal.

A proposta parecia responder as urgências conjunturais do momento: impedir que seu principal oponente, o correísmo, assumira esses espaços, substituindo a atual composição do Conselho de Participação, que canalizaria a integração dos órgãos de controle com funcionários com os mesmos interesses.

As perguntas nesse bloco são completadas com propostas de reforma do sistema eleitoral e dos partidos políticos: a redução do tamanho da Legislatura (dos 137 representantes atuais para um número de aproximadamente 100) e a obrigação dos partidos políticos de respeitarem os protocolos da democracia interna para acederem aos fundos partidários.

Também aqui a proposta é fraca e imprecisa: reduzir o tamanho da representação e condicionar mediante registros tecnológicos atualizados (biometria na certificação das filiações partidárias e monitoramento dos mecanismos de democracia interna em troca de acesso ao financiamento público) não parece ser suficiente para atingir o objetivo declarado.

As perguntas referentes à proteção ambiental (controle do impacto nas fontes de água e retribuição econômica para aqueles que protegem o ambiente) parecem ter sido concebidas mais do que tudo para atrair adesões à mesma.

A formulação das reformas, destinadas a serem lidas por reduzidos grupos de peritos, recebeu um tratamento fraco apesar de ser suportada em 476 páginas de anexos.

A consulta do presidente Lasso visa resolver problemas centrais da democracia que exigiriam deliberações mais consistentes e modificações mais profundas, mas que é enfrentado com a consulta, instrumento de democracia direta, que em sua aplicação poderia ser contaminada por interesses políticos que não enfrentam razoavelmente seu grau de complexidade.

Resta esperar o pronunciamento do Tribunal Constitucional sobre o caminho adequado para processar as perguntas, mas que a nível de deterioração institucional no qual se encontra o país parece conduzir as forças para a necessidade de discutir um exame integral de todo o texto constitucional.

Isso, obrigatoriamente, poderia significar a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50061>

Contra-ofensiva de mulheres no Nordeste

Se a atuação de André Janones (Avante-MG) e Nikolas Ferreira (PL-MG) em favor dos seus candidatos à Presidência é eminentemente nas redes sociais, outros apoiadores de peso de um e de outros se divide entre a web e a busca pelos votos no corpo a corpo.

Para tentar reduzir a desvantagem no Nordeste e entre as eleitoras, a partir da próxima sexta-feira a senadora eleita Damares Alves (Republicanos-DF) acompanha a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, em uma caravana feminina pela região onde o petista Luiz Inácio Lula da Silva lidera no sentido de tentar virar votos a favor do presidente Jaire Bolsonaro (PL). A primeira cidade visitada será São Luís e estão no radar Fortaleza e Aracaju.

Ontem, Damares, Michelle e a deputada federal e vice-governadora eleita do Distrito Federal, Celina Leão (PP), que fazem parte do comitê "Mulheres com Bolsonaro", estiveram em Belém - onde Lula obteve 52,22% dos votos contra 40,27% de Bolsonaro. As aliadas do presidente reforçaram o discurso contrário ao "comunismo" e sobre a "liberdade de expressão".

A campanha de Bolsonaro visa também reduzir eleitores isentos em estados onde o presidente dominou a votação, como Rio de Janeiro, que teve taxas de abstenção em torno de 23%, maior do que a média nacional, que chegou a 20,9% do eleitorado. Mesmo assim, Lula conseguiu apoio do prefeito de Belford Roxo e presidente estadual do União Brasil, Waguinho, que elegeu a mulher, Daniela do Waguinho (União), a deputada federal mais votada do estado.

Corrupção

Em São Paulo, um confronto visceral está instalado entre Guilherme Boulos (PSol), deputado eleito mais votado do estado, contra Carla Zambelli (PL) e Eduardo Bolsonaro (PL). Em apoio a Lula, o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto vem publicando denúncias de corrupção no governo Bolsonaro.

Além disso, Boulos vem insistindo, nas ruas e nas redes, que nos governos do PT a população vivia com mais fartura à mesa. Para enfatizar isso, o deputado eleito publicou uma foto de um pote de 1kg de margarina e comparou com o preço da carne em governos anteriores.

"1kg de margarina custando o que custava 1kg de

coxão mole. Derrotar Bolsonaro, no dia 30, é questão de sobrevivência", exortou.

Na trincheira à direita, Zambelli e Eduardo Bolsonaro fazem o trabalho de desqualificação de Lula. Ela foi às redes sociais para defender Bolsonaro e criticar o discurso do petista sobre a inflação dos alimentos.

"Lula te prometeu água e não te deu, imagine picanha. Não caia nessa furada", defendeu.

Já o filho do presidente fez diversas postagens contrárias ao petista, nas quais chama o ex-presidente de "ladrão" em muitas delas. (RF)

O mundo à beira da recessão (Editorial)

Correio Braziliense

Os novos bombardeios na Ucrânia promovidos pela Rússia acenderam o sinal de alerta no mundo. Se havia alguma expectativa de que essa guerra poderia estar perto do fim, agora, teme-se que o conflito ganhe proporções maiores, com ameaças de uso de armas nucleares se tornando mais presentes. O preço a se pagar por tanta destruição será enorme. A começar pela forte desaceleração da economia mundial. Acredita-se que uma possível recessão comece ainda no último trimestre deste ano na Europa, espalhando-se pelos Estados Unidos e engolfando vários países emergentes. Para variar, serão os mais pobres a sofrer com as restrições.

Até a metade deste ano, mesmo com todo o estrago provocado pela pandemia do novo coronavírus e pela guerra na Ucrânia, apostava-se numa razoável recuperação da economia mundial. Contudo, tanto a produção quanto o consumo passaram a sentir o baque da disparada dos preços da energia e dos combustíveis. Tanto que, em julho último, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu para baixo suas projeções para o avanço da economia global neste ano e no próximo. As estimativas baixaram, respectivamente, para 3,2% e 2,9%. Agora, o consenso nos mercados aponta para resultados ainda piores.

A previsão é de que o mesmo FMI anuncie ainda nesta terça-feira novas perspectivas para o **PIB** mundial. E não se descarta que o crescimento deste ano caia para 2,9% e o de 2023, para 2,5%. Se confirmados esses números, a atividade global irá se expandir abaixo do seu potencial. Para os Estados Unidos, por exemplo, a projeção é de incremento de 0,7% no ano que vem. Na Europa, fala-se em variação zero para o **PIB**. Por isso, os investidores globais estão retraídos e as bolsas de valores das economias mais desenvolvidas acumulam perdas significativas.

Há, no entender de especialistas, uma combinação explosiva que levará a economia mundial à desaceleração: **inflação** no nível mais elevados em três décadas e juros nas alturas. Somado a isso, há o barril de petróleo, que voltou a ficar acima dos US\$ 100, e as incertezas quanto aos estoques de gás na Europa para enfrentar o inverno que se avizinha. Os preços desse insumo não param de subir desde que a Rússia, o maior fornecedor para os países europeus, invadiu a Ucrânia. Empresas tiveram que reduzir ou mesmo parar a produção e famílias foram obrigadas a

diminuir o consumo, inclusive de alimentos, pois o orçamento doméstico já não fecha, a despeito da ajuda dada pelos governos locais.

O Brasil, como sempre, não conseguirá escapar desse contexto desfavorável. Ainda que o país esteja mostrando uma boa resiliência, graças às exportações de commodities agrícolas, tende a sofrer com a perda de vigor da economia mundial, sobretudo se a China sucumbir. Neste mês de outubro, entre os dias 16 e 20, deverá se dar a reeleição de Xi Jinping, que se comprometeu a garantir crescimento econômico para o país entre 5% e 5,5% ao ano. O problema é que a nação asiática deve avançar apenas 3,3% em 2022, patamar insuficiente para manter a sensação de bem-estar entre os chineses. A China é a maior compradora de produtos primários brasileiros.

O enfraquecimento da economia chinesa já afeta países como África do Sul e Chile, grandes exportadores de minérios, assim como o Brasil. E deve se refletir sobre a indústria de bens de capital, o que significará menos investimentos produtivos no mundo e, por consequência, crescimento menor, mercado de emprego mais fraco e renda contida. Um quadro extremamente desafiador. Diante disso, governos terão de ser muito responsáveis para, ao mesmo tempo, atender as demandas sociais, sem comprometer a saúde das finanças públicas, criando esqueletos que vão assombrar mais à frente. Que todos tenham juízo. E isso vale, especialmente, para os eleitores.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
O mundo à beira da recessão

Endividamento chega a 80% das famílias, mas crescimento desacelera

Thiago Bethônico são paulo

O endividamento das famílias continua crescendo no Brasil e chegou a um novo patamar inédito no mês de setembro. Segundo levantamento da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) divulgado nesta segunda-feira (10), 79,3% dos lares estão com dívidas a vencer - o terceiro recorde consecutivo.

O aumento de 0,3% em relação a agosto foi puxado pelos consumidores de menor renda. Enquanto o nível ficou estável entre quem recebe mais de dez salários mínimos (mais de R\$ 12.120), o endividamento cresceu 0,4 ponto percentual entre as famílias com renda mensal inferior a dez salários mínimos. Nesse grupo, 80,3% dizem estar com débitos em atraso.

Esta também é a primeira vez - desde que a pesquisa começou a ser feita, em 2010 - que a proporção de endividados entre a faixa de menor rendimento ultrapassa a marca de 80%.

O levantamento considera as famílias que relatam ter dívidas a vencer no cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, além de prestação de carro e de casa.

De acordo com a CNC, o problema atinge mais as mulheres do que os homens. Entre agosto e setembro, o endividamento avançou 0,9 ponto percentual no grupo feminino (eram 80%, agora são 80,9%), enquanto teve leve queda no recorte masculino (de 78,3% para 78,2%).

Atualmente, as mulheres estão mais endividadas no cartão de crédito e no cheque especial. Já entre os homens, as modalidades de crédito pessoal, carnês de loja, financiamentos e consignados prevalecem.

Embora o número de famílias com dívidas continue crescendo mês a mês, o relatório da CNC destaca que o ritmo vem desacelerando. O aumento de 0,3 ponto percentual em relação a agosto, por exemplo, é o menor desde abril de 2022.

"É possível verificar que a melhora gradual do mercado de trabalho, as políticas de transferência de renda e a queda da **inflação** nos últimos dois meses

são fatores que geram maior disponibilidade de renda para as famílias", observa, em nota, José Roberto Tadros, presidente da CNC.

Se o endividamento dá sinais de desaceleração, a inadimplência mantém um elevado ritmo de alta. Em setembro, o volume de consumidores que atrasaram o pagamento de dívidas atingiu 30%, o maior desde o início da série histórica.

Esse é o terceiro recorde consecutivo do índice, que evoluiu 0,4 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Em um cenário econômico marcado pelos juros altos, os débitos já contraídos encarecem e apertam o orçamento das famílias, especialmente as de menor renda.

As taxas de juros nas linhas de crédito para pessoas físicas cresceram 13,5 pontos percentuais em um ano, de acordo com os dados do Banco Central, chegando à média de 53,9%, a maior taxa desde abril de 2018.

"Embora os atrasos tenham crescido no mês e no ano entre os consumidores nas duas faixas de renda, as dificuldades de pagamento de todos os compromissos do mês são mais latentes entre as famílias de menor renda", analisa, em nota, Izis Ferreira, economista da CNC.

Com tantas famílias brasileiras endividadas e sem condições de arcar com os compromissos, o tema vem ganhando centralidade na disputa entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela Presidência.

No primeiro turno, o candidato petista propôs uma renegociação por meio dos bancos públicos e de incentivos para que instituições privadas ofereçam condições adequadas aos devedores.

Recentemente, Lula ainda acatou a proposta de Ciro que prevê zerar dívidas do SPC. A incorporação do tema foi colocada como uma das condições para que o PDT apoiasse o candidato no segundo turno.

A situação dos endividados não era uma preocupação da campanha de Bolsonaro durante o primeiro turno: o programa de governo protocolado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não menciona endividamento das

famílias, inadimplência ou dívida dos lares.

No entanto, na semana passada, o presidente anunciou como novidade um programa da Caixa Econômica Federal que perdoa até 90% em dívidas de clientes do banco, requeitando uma iniciativa que já existe desde 2019.

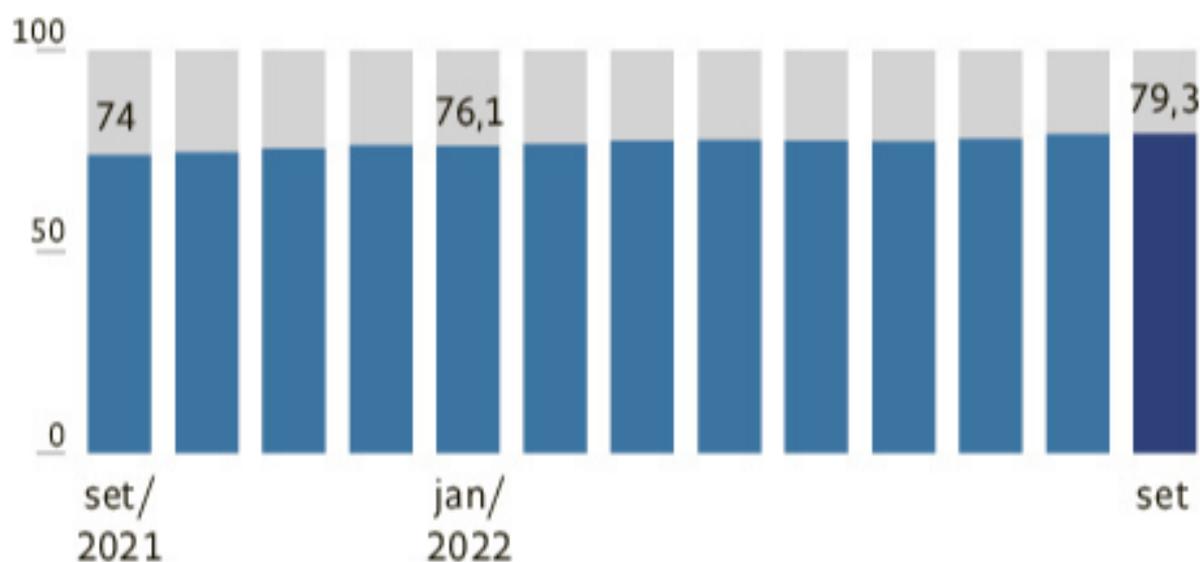
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

61

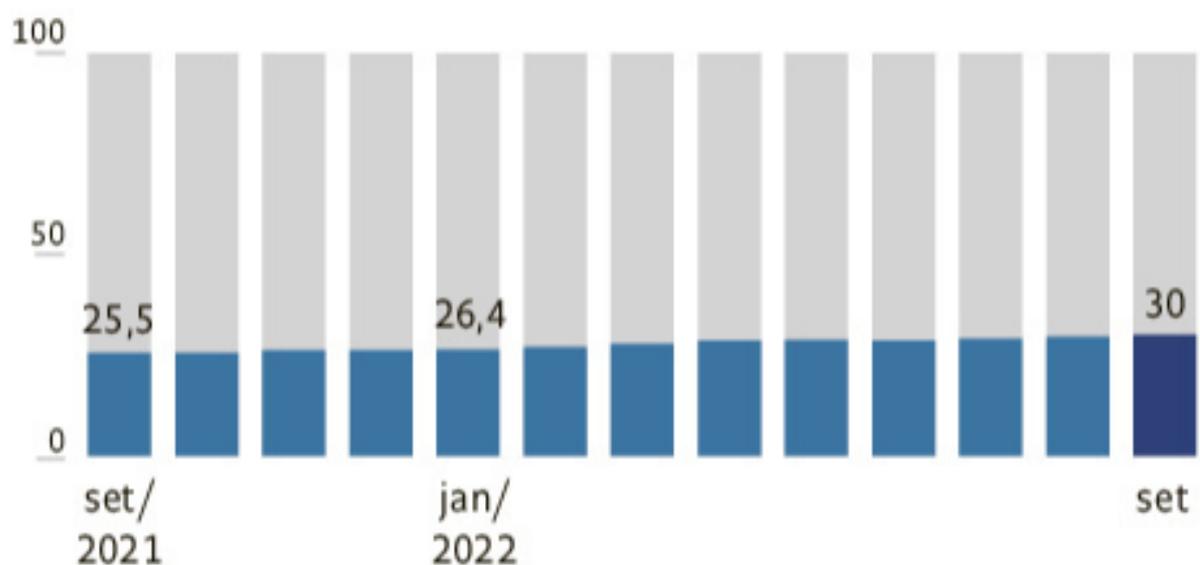
Endividamento das famílias bate terceiro recorde seguido

Proporção de famílias que relatam ter dívidas em atraso, em %



Inadimplência atinge maior patamar da série histórica

Famílias com dívidas em atraso, em %



Fonte: CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo)

Relação entre FHC e petista é marcada por idas e vindas



Matheus Tupina são paulo

A declaração de apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o foi um aceno do principal expoente da ala histórica tucana contra a reeleição de Jair Bolsonaro (PL).

FHC afirmou na última quarta-feira (5) votar no petista. "Neste segundo turno voto por uma história de luta pela democracia e inclusão social. Voto em Luiz Inácio Lula da Silva", afirmou o ex-presidente, que também publicou fotos antigas dos dois.

A relação entre eles, porém, é mais antiga do que a transferência da faixa presidencial em 2003, com momentos de afagos e de críticas desde a década de 1970.

*

Anos 1970 Os ex-presidentes se conheceram em 1973, no Cebrap (Centro Brasileiro de Política), fundado por Fernando Henrique Cardoso após voltar do exílio no Chile. Em 1978, com a efervescência dos movimentos democráticos na elite política e a perda de poder dos militares, Lula, com 33 anos e à época líder sindical no ABC paulista, apoiou a candidatura de FHC, ainda pelo MDB, ao Senado, participando de comícios e panfletagens.

Diretas Já Lula e FHC estiveram juntos nas manifestações que impulsionaram as Diretas Já. Apesar de estarem em planos diferentes -Lula cuidava da fundação do PT, e FHC se enveredava em uma ala social-democrata do MDB-, subiram juntos em palanques nas campanhas pelo voto direto a presidente já em 1985.

A campanha saiu derrotada no Congresso Nacional, o que levou à eleição de Tancredo Neves e de José Sarney ao Planalto. Tancredo morreu antes de assumir a Presidência.

Lula candidato em 1989 Em 1989, no segundo turno entre Fernando Collor de Mello e Lula, na primeira eleição direta para a Chefia do Executivo após a ditadura militar, FHC e outros líderes históricos do PSDB, como Mário Covas, declararam apoio ao petista, subindo em palanques e fazendo comícios para o ex-sindicalista.

Lula terminou o pleito derrotado por Collor, que subiu a rampa do Planalto com 53% dos votos.

Plano Real e FHC presidente Lula e FHC trocaram críticas durante a implementação do Plano Real. O petista foi contrário ao projeto, afirmando que a nova moeda causaria perda salarial aos trabalhadores, e desaprovou a URV (Unidade Real de Valor), que indexou o real ao dólar para converter os preços sem acelerar a **inflação**.

O tucano chegou a afirmar que Lula e o PT atrapalharam a implementação da nova unidade monetária, que ao fim conseguiu diminuir a **inflação** e estabilizar as finanças do país apesar das altas taxas de juros.

Em 1994, Lula e FHC concorreram à Presidência, e o tucano saiu vitorioso, reeleito em 1998 em outra disputa contra o petista. Ele ganhou os dois pleitos em primeiro turno.

Passando a faixa Outro momento protagonizado pelos dois ex-presidentes foi a sucessão -FHC transferiu o cargo a Lula em 2003. O tucano afirmou que transmitir a faixa presidencial foi um dos momentos mais emocionantes da cerimônia de posse e que quase chorou pela história que tinham juntos.

Mesmo assim, FHC foi crítico às gestões do petista e da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), ainda que tenha mantido a cordialidade e a comunicação com seus sucessores.

"Ética do PT é roubar" Em 2006, FHC disse à revista IstoÉ que "a ética do PT é roubar". Logo depois, no programa de entrevistas Roda Viva, justificou a declaração afirmando que o partido de Lula agiu de forma sistemática no esquema do "mensalão".

"Fala-se em prática generalizada de caixa dois, o que já é questionável. O que está em discussão é outra coisa. Trata-se de um fluxo de recursos muito grande, de várias fontes, entre as quais fontes oficiais -dinheiro que saiu do governo e foi utilizado fora da campanha. Isso é o coletivo, é em nome da transformação do Brasil. A ética é essa: fazem isso pois, no fundo, acham que vão mudar o país." Em resposta, Lula anunciou um pedido para interpelar o tucano judicialmente. Segundo os registros de conversas reservadas à época, o petista, contrariado com as críticas, disse que FHC fazia jogo sujo para fortalecer o PSDB nas eleições daquele ano e não se comportava como um ex-presidente.

Câncer de Lula O hoje candidato ao Planalto recebeu o diagnóstico de câncer na laringe em 2011 e precisou passar por sessões de quimioterapia e radioterapia. FHC o visitou durante o tratamento. Ele, que foi concluído no ano seguinte.

Ruth Cardoso e Marisa Leticia Lula e FHC mantiveram a cordialidade após seus mandatos, apesar do contato menor. Um exemplo é a participação do petista no velório da antropóloga Ruth Cardoso, mulher de FHC, que morreu em 2008. Nove anos depois, o tucano procurou Lula quando Marisa Leticia, esposa do petista, morreu.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

61

Desemprego e inflação pesam mais no voto de mais ricos, diz Datafolha

Eduardo Cucolo são paulo

O combate ao desemprego e à **inflação** lidera a lista de fatores considerados muito importantes para a decisão de voto para presidente no segundo turno entre pessoas de maior renda e escolaridade, mostra pesquisa Datafolha.

Já a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 se destaca como mais importante para os mais pobres e menos escolarizados.

O instituto perguntou qual a importância que o entrevistado dá para diversos temas na hora de definir o voto, considerando uma nota de 1 (nada importante) a 5 (muito importante).

No geral, a redução do desemprego é apontada como tema muito importante para 82% dos eleitores. Esse percentual é de 75% entre aqueles com ensino fundamental, sobe para 84% na faixa com ensino médio e chega a 86% para quem tem ensino superior.

Por faixa de renda, o percentual começa em 79% para quem ganha até dois salários mínimos mensais (R\$ 2.424), fica em torno de 85% nas faixas intermediárias de renda e vai a 88% para famílias na faixa acima de dez salários mínimos (R\$ 12.120).

Também se destaca, nesse caso, os 85% entre pessoas de 16 a 34 anos.

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 8,9% no trimestre até agosto, menor índice da série histórica comparável desde o período encerrado em agosto de 2015, mas ainda está acima dos pouco mais de 6% vistos há cerca de dez anos.

Segundo o Datafolha, o combate à **inflação** é muito importante para o voto de 81% dos entrevistados na média geral. O percentual é de 77% para pessoas com ensino fundamental e chega a 84% para eleitores com curso superior.

O tema também se destaca entre eleitores na faixa de 2 a 10 salários mínimos de renda (cerca de 85%), grupo no qual o presidente Jair Bolsonaro (PL) está numericamente à frente de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na pesquisa de intenção de votos.

Questionados sobre quem tem mais condições de manter o auxílio nesse valor, o ex-presidente Lula supera Bolsonaro apenas entre os menos escolarizados, os que ganham até 2 salários mínimos e aqueles que recebem o benefício -faixas nas quais o petista se destaca na intenção geral de votos. No geral, o atual presidente aparece à frente do adversário nesse quesito (48% a 43%).

Para 50% dos que recebem o auxílio, Lula tem mais condições de manter o benefício em R\$ 600, ante 42% que citam Bolsonaro. Para 49% dos que não recebem, Bolsonaro é o mais capaz, valor perto da média geral de 48%.

Na primeira pesquisa do 2o turno, o Datafolha ouviu 2.884 eleitores em 179 cidades, de quarta (5) a sexta (7). Contratado pela Folha e pela Globo, o levantamento está registrado no TSE sob o número BR-02012/2022 e tem margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou menos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50061>

Combate a desemprego e inflação pesam mais no voto dos mais ricos

Em %

Eleitor que considera manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 600 muito importante para definir voto no 2º turno



Eleitor que considera redução do desemprego muito importante para definir voto no 2º turno



Eleitor que considera combate à inflação muito importante para definir voto no 2º turno



Qual candidato tem mais condições de manter o Auxílio Brasil de R\$ 600?

■ Jair Bolsonaro PL

■ Lula PT



Fonte: Datafolha presencial com 2.884 pessoas de 16 anos ou mais em 179 municípios entre os dias 5 e 7.out; a margem de erro é de 2 pontos percentuais e o registro no TSE é BR-02012/2022

Plebiscitos de 2020 e 2022 evidenciam mudanças no Chile

OPINIÃO *Rodolfo Disi Cientista político e professor associado do Departamento de Estudos Políticos da Universidade de Santiago (Chile)*

Passadas algumas semanas desde o histórico plebiscito chileno, o que explica a categórica diferença entre os resultados dos plebiscitos de 2020 e 2022?

Enquanto no plebiscito de entrada de 2020 78% dos eleitores eram a favor de começar o processo para substituir a Constituição atual, no plebiscito de saída quase 62% dos eleitores rejeitaram a proposta de nova Constituição elaborada no ano passado pela Convenção Constitucional.

Com o voto obrigatório, a "rejeição" ganhou em todas as regiões do país e, em nível local, a opção "aprovar" ganhou, por pouco, em apenas 8 das 345 comunas do território nacional.

No nível demográfico, a "rejeição" ganhou entre homens e mulheres e em todas as faixas etárias.

Como, então, explicar tais diferenças?

Em grande medida, as causas desses resultados têm a ver com a configuração da Convenção Constitucional e o texto emanado por ela.

A Convenção perdeu rapidamente sua legitimidade original, e o texto emanado tornou-se controverso.

Na verdade, as razões para ganhar assentos na Convenção são similares (ou mesmo idênticas) às razões pelas quais a "aprovação" perdeu o plebiscito de saída.

Em primeiro lugar, a Convenção foi eleita com um sistema eleitoral proporcional (baseado no da Câmara dos Deputados, mas com modificações) e voto voluntário. Isso significou que os representantes foram eleitos com níveis relativamente baixos de participação (votaram 43% do eleitorado).

Por isso, muitas personalidades ganharam assentos com base em demandas muito sentidas por alguns setores, mas de nicho. Várias dessas numerosas demandas refletidas na proposta não repercutiram no amplo eleitorado que participou com voto obrigatório.

Em segundo lugar, os independentes tiveram muito protagonismo na Convenção graças às facilidades que lhes foram dadas para competir em um ambiente de crítica aos partidos tradicionais.

Ainda que grupos independentes tenham desempenhado um papel importante na busca de acordos, vários representantes não partidários estiveram no centro de alguns dos episódios mais polêmicos e ressonantes durante as sessões.

A independência política, inicialmente vista como virtude, acabou prejudicando a Convenção na opinião pública.

Outro fator importante foi a crítica aos governos no poder.

Quando os membros da Convenção foram eleitos, no mês de maio de 2021, a direita foi duramente castigada nas urnas; isso foi ao menos em parte pela criticada gestão do governo do presidente Sebastián Piñera.

Neste ano, o voto pela "aprovação" esteve muito alinhado com a baixa aprovação do presidente Gabriel Boric, que teve uma brevíssima lua de mel em um contexto de **inflação**, estagnação econômica e insegurança cívica.

A Convenção também incorporou 17 assentos reservados para os povos indígenas do país, cujos representantes estavam geralmente localizados na ala esquerda.

A proposta constitucional continha muitas mudanças relativas a esses povos, algumas das quais, como a plurinacionalidade, foram questionadas não apenas pela direita mas também por setores da centro-esquerda.

Essas inovações não repercutiram nos eleitores indígenas: em lugares como Puerta Saavedra, no Sul, onde quase 80% da população é da etnia mapuche, 68% da população preferiu a "rejeição".

O Chile fica, portanto, em uma encruzilhada, com uma Constituição vigente despejada desde 2020, mas sem uma substituição à vista.

Olhando para a frente, no entanto, fica uma lição importante: a intenção de envolver os cidadãos por meio de plebiscitos, eleições de representantes e iniciativas populares pode ajudar a legitimar, mas não garante que o processo constituinte seja bem-sucedido.

De fato, a participação cidadã não substitui a capacidade do processo de se alinhar melhor com os interesses dos distintos setores políticos.

A incerteza quanto à continuidade e à forma do processo constituinte é, semanas após o plebiscito de saída, bastante alta.

É responsabilidade de todos os partidos políticos com aspirações democráticas dar continuidade a um processo que levará à adoção de um novo texto constitucional que de fato atraia uma maioria de cidadãos chilenos.

OPINIÃO Rodolfo Disi Cientista político e professor associado do Departamento de Estudos Políticos da Universidade de Santiago (Chile)

Tradução Giulia Gaspar

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

61

Propostas de Tebet ao PT têm efeito na produtividade via saúde e educação

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

As duas principais propostas entregues à campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela senadora Simone Tebet (MDB), terceira colocada na corrida presidencial no primeiro turno, têm custo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 13 bilhões, mas potencial para reduzir sequelas deixadas pela pandemia da covid-19 nas áreas de Saúde e Educação e com impacto na produtividade do País.

A senadora propôs uma poupança de R\$ 5 mil para jovens de baixa renda que terminarem o ensino médio e investimento para zerar a fila do Sistema Único de Saúde (SUS) para cirurgias, consultas e exames não realizados desde o início da pandemia.

O fim da fila foi o tema mais recorrente da pauta da senadora, que visitou hospitais e casas de saúde durante a campanha e defendeu um "estado de emergência" para transferir recursos para a área - que teve a previsão de gastos no projeto de Orçamento de 2023, enviado pelo governo Jair Bolsonaro, capturada pelo orçamento secreto.

Em entrevista ao Estadão, o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Nésio Fernandes, calcula um custo de R\$ 8 bilhões para zerar a fila. Fernandes considera essa a agenda primordial para o próximo governo.

Secretário de Saúde do Espírito Santo, ele defende que a solução para a fila, em caso de vitória de Lula, seja encaminhada ainda na transição de governo, já que não há espaço para ela no teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação).

Segundo ele, o governo poderá, dentro de um "estado de emergência", remanejar recursos do orçamento de Saúde no início do governo até que seja mudado o teto de gastos. Na primeira reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), espaço oficial de negociação das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais do SUS, em janeiro de 2023, poderia ser feito um pacto para destinar os recursos necessários. "É necessário romper com o teto de gastos. No entanto, ele não vai ser rompido nos primeiros 30 dias; o próprio orçamento do Ministério da Saúde poderá dedicar R\$ 8 bilhões", diz. Desse total,

R\$ 2 bilhões seriam destinados às cirurgias eletivas e R\$ 3 bilhões, a consultas e exames eletivos.

"Para ampliar a oferta de serviços, será preciso aumentar os leitos e as salas de cirurgias nos Estados e nos municípios e reservar parte desse dinheiro para habilitação e financiamento da rede hospitalar", diz.

Os exames e cirurgias eletivos são os relacionados a procedimentos agendados a princípio sem urgência. Mas o atraso no atendimento pode levar a diagnósticos tardios, prejudicar o tratamento e reduzir as chances de cura, com custo ainda maior para o SUS.

POUPANÇA JOVEM.

Já a proposta de poupança para incentivo a jovens de famílias que recebem transferência de renda do governo tem custo estimado entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 4,7 bilhões, a depender do seu valor, do modelo e do público a ser alcançado.

A senadora é relatora de um projeto apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDBCE) que cria a lei. Tanto ela quanto Tasso, porém, não estarão mais no Senado a partir de 2023. Em proposta semelhante apresentada pela deputada Tabata Amaral (PSB-SP), em 2021, o projetado para o programa era de cerca de R\$ 2 bilhões para 2021, considerando um benefício total de R\$ 2,6 mil.

Na justificativa do projeto, a deputada ressaltou que o Brasil perde R\$ 214 bilhões por ano pelo fato de os jovens não concluírem a educação básica. Ao Estadão, Tabata destaca que esse custo foi calculado antes da pandemia e que, hoje, o impacto atualizado da evasão escolar está mais próximo de R\$ 500 bilhões.

"É uma tragédia", diz. Ela lamenta a dificuldade que tem sido aprovar projetos voltados para a Educação no Congresso e culpa a inexistência de um interlocutor no Ministério da Educação para avanços nessa área.

"É uma proposta barata e bem mapeada que se tornou ainda mais necessária", afirma.

"É um custo baixo diante do retorno", afirma Vitor Pereira, doutor em Economia e professor da Escola

Nacional de Administração Pública. Segundo ele, dados internacionais mostram que concluir o ensino médio reduz em 80% a probabilidade de o jovem precisar de assistência social no futuro, em 22% a chance de prisão e em 33% a probabilidade de morte ao longo de 10 anos. "É uma questão urgente reduzir a evasão escolar", alerta o especialista.

Segundo ele, para cada 100 que ingressam no ensino médio 10 evadem a cada ano, enquanto menos de 60% vão terminar na idade correta. O Brasil perde R\$ 372 mil por jovem que não conclui a educação básica.

Prioridades

Os principais planos de Simone Tebet

Poupança Jovem

A senadora Simone Tebet propôs uma poupança de R\$ 5 mil para jovens de baixa renda que terminarem o ensino médio. Ela é relatora de projeto que cria lei proposta por Tasso Jereissati. Tanto ela quanto Tasso, porém, não estarão mais no Senado a partir de 2023
Custo da medida: entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 4,7 bilhões, a depender do valor, do modelo e do público a ser alcançado

Zerar a fila do SUS

Outra prioridade, segundo as propostas da senadora, é zerar a fila do Sistema Único de Saúde (SUS) para cirurgias, consultas e exames não realizados desde o início da pandemia. A iniciativa considera que o atraso no atendimento acaba levando a diagnósticos tardios, prejudica o tratamento e reduz a chance de cura, com custo ainda maior para o SUS
Custo da medida: o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Nésio Fernandes, calcula em R\$ 8 bilhões os recursos necessários para zerar a fila

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Com qualquer um que ganhar, será difícil para o País", diz Marcos Lisboa



O economista Marcos Lisboa, que está deixando o Insper

CRISTIANE BARBIERI

Após o anúncio de que o economista Marcos Lisboa deixaria o comando do Insper, feito na noite de sexta-feira, as redes sociais petistas passaram a fervilhar com hipóteses de que o movimento estaria ligado à sua participação em um eventual novo governo Lula.

Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 2003 e 2005, ele foi responsável por uma série de reformas microeconômicas durante o primeiro governo petista. Por algumas das mensagens, ele até já estaria conversando com os quadros da campanha petista. Lisboa, porém, nega. "Não existe qualquer conversa para fazer parte de um novo governo Lula, e nem acredito que haverá", afirma.

Lisboa, porém, diz estar preocupado com o Brasil.

"Com qualquer um que ganhar (as eleições presidenciais), será difícil a médio prazo para o País", afirma ele. "Brasília virou um lugar de concessão descontrolada de benefícios, o Congresso ganhou poder e, com um presidente fraco, tudo aquilo vai cobrar o preço dos últimos anos." Apesar de dizer que os auxílios e algumas medidas podem resultar em soluções de crescimento, a falta de políticas de Estado amarradas não sustenta o movimento de alta do **PIB** no longo prazo. "É uma situação que veio para ficar",

afirma. "Os países só crescem por aumento de produtividade, e tudo o que vem sendo feito se dá na direção oposta."

"PAÍS TRAVADO".

Isso porque, diz ele, tem havido aumento de protecionismo e benefícios concedidos a setores escolhidos em função de interesses políticos imediatistas.

"O taxista está gostando de ganhar uma mesada (por conta do auxílio do governo) e o setor de etanol está feliz, mas o País fica mais e mais travado", afirma.

"Brasil, Argentina e México são casos patológicos nessa direção." Em relação ao Insper, ele diz: "Agora é hora de passar a bola". Há dez anos na instituição, ele afirma que será a consolidação das transformações que implementou.

Como a ideia é fazer uma sucessão transparente e sem percalços, sua saída foi anunciada num processo que está sendo conduzido pelo conselho da escola - e não tem prazo para terminar.

"Foi um período de crescimento, com novos cursos na graduação, consolidação do doutorado, do departamento de pesquisa, em um modelo de núcleos comuns de conhecimento que não tem similar na América Latina", diz. "Colocamos em operação no último ano um comitê acadêmico e um comitê executivo, e esse é um ciclo completado, agora com o desafio da sucessão." Após a escolha, ele continuará fazendo parte do comitê acadêmico, sem as obrigações executivas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado reduz a 5,71% previsão de inflação no ano

I THAIS BARCELLOS

O Boletim Focus divulgado ontem apresentou a 15.^a redução consecutiva da estimativa mediana do mercado para o IPCA no ano, de 5,74% para 5,71%. A projeção para 2023 foi mantida em 5% pela segunda semana seguida, enquanto para 2024 cedeu de 3,50% para 3,47%. Há um mês, eram de 6,40%, 5,17% e 3,47%, nesta ordem.

Apesar da redução recente, esses resultados continuam a apontar para três anos de descumprimento da meta, de 2021 a 2023. Para 2024, a projeção do mercado está acima do alvo central de 3%, mas dentro do limite superior (que é de 4,5%). A meta para 2022 é de 3,50%, com tolerância superior de até 5%, enquanto para 2023 a meta é de 3,25%, com banda até 4,75%.

No Copom de setembro, o BC passou a estimar inflação de 5,8%, em 2022, e de 4,6 % em 2023.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Banco Mundial e FMI pedem esforço por mais pobres

ALINE BRONZATI, ENVIADA ESPECIAL A WASHINGTON

O FMI e o Banco Mundial reforçaram o coro quanto à necessidade de a comunidade global unir esforços para ajudar os mercados emergentes diante das várias crises atuais, da financeira à climática.

Ambos os organismos, que iniciaram ontem em Washington suas reuniões anuais, veem maior risco de recessão diante do aumento dos juros para controlar a escalada da **inflação**.

"A **inflação** ainda é um grande problema para todos, mas, especialmente, para os mais pobres", disse o presidente do Banco Mundial, David R. Malpass.

Já a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, reforçou o maior risco de recessão no mundo. Cálculos do Fundo indicam que ao menos um terço dos países deve enfrentar dois trimestres seguidos de contração econômica entre este e o próximo ano. Assim, o FMI estima que US\$ 4 trilhões em produtividade sejam perdidos até 2026.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes quer mostrar Brasil promissor para investimento

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Lula guarda nomes e Bolsonaro repete o time - ANDREA JUBÉ

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Banco Mundial e FMI reforçam alerta de risco de recessão global

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187353